

JUSTIFICAÇÃO ECONÓMICA

UMA POLITICA DE AUSTERIDADE QUE ATINGIU FUNDAMENTALMENTE OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA E DEGRADOU OS SERVIÇOS PÚBLICOS QUE É URGENTE INVERTER

1. FORAM AS DESPESAS COM PESSOAL AS QUE SOFRERAM OS MAIORES CORTES NO PERIODO 2010-2015

O quadro 1, com dados que abrangem os 6 últimos anos sobre a evolução da despesa pública, constantes de um documento de análise do Conselho de Finanças Públicas, traduz de um forma sintética, a natureza e algumas das consequências da política de austeridade a nível das Administrações Públicas.

Quadro 1 – Conta das Administrações Públicas ajustada										
RÚBRICAS	2010	2011	2012	2013	OE/2015 -		Variação	Variação	DESPESA EM %	
	Milhões €	Milhões €	Milhões €	Milhões €	2014	2015	M€-2010-15	%-2010-15	2010	2015
Receita fiscal	38.989	40.275	38.317	41.851	43.327	45.729	6.740	17,3%	21,7%	25,3%
DESPESA TOTAL	88.414	86.889	81.637	85.035	84.424	85.630	-2.784	-3,1%	49,1%	47,4%
Despesa corrente primária	74.524	72.742	68.213	71.844	70.642	71.725	-2.799	-3,8%	41,4%	39,7%
Consumo intermédio	10.625	10.633	9.466	9.802	10.146	10.509	-116	-1,1%	5,9%	5,8%
Despesas com pessoal	24.611	22.614	19.974	21.230	19.971	19.681	-4.930	-20,0%	13,7%	10,9%
Prestações sociais	33.452	33.325	33.034	34.728	33.841	34.709	1.257	3,8%	18,6%	19,2%
Subsídios	1.295	1.131	1.018	987	1.401	975	-320	-24,7%	0,7%	0,5%
Outras despesas correntes	4.541	5.039	4.720	5.096	5.283	5.850	1.309	28,8%	2,5%	3,2%
Despesas de capital	8.622	6.543	5.071	4.660	4.996	5.019	-3.603	-41,8%	4,8%	2,8%
FBCF (investimento público)	7.296	5.677	4.271	3.686	4.296	4.373	-2.923	-40,1%	4,1%	2,4%
Outras despesas de capital	1.325	867	800	974	700	646	-679	-51,2%	0,7%	0,4%
Juros	5.268	7.604	8.353	8.530	8.787	8.886	3.618	68,7%	2,9%	4,9%
Saldo global	-15.364	-12.649	-9.174	-8.889	-6.700	-5.076	10.288	-67,0%	-8,5%	-2,8%
Saldo primário	-10.096	-5.045	-821	-358	2.086	3.811	13.907	-137,7%	-5,6%	2,1%
Carga fiscal	54.443	55.945	52.938	56.448	59.000	62.438	7.995	14,7%	30,3%	34,5%
Despesa corrente	79.792	80.346	76.565	80.374	79.429	80.611	819	1,0%	44,3%	44,6%
Dívida Pública	173.062	195.690	211.784	219.225	223.247	223.603	50.541	29,2%	96,2%	123,7%
PIB nominal	179.930	176.167	169.668	171.211	175.471	180.770	840	0,5%	100,0%	100,0%

FONTE : Análise do projeto do Orçamento do Estado para 2015 - Conselho de Finanças Públicas

Entre 2010 e 2015, a despesa total das Administrações Públicas diminui 2.784 milhões €, mas a despesa com pessoal regista uma quebra de 4.930 milhões €. Em termos percentuais a redução é de 3,1% na despesa total e de 20% (6,5 vezes mais) na despesa com pessoal. Pode-se com fundamento afirmar, que a redução do défice tem sido feita principalmente à custa de um enorme aumento de impostos que os dados do quadro também revelam (*entre 2010 e 2015, subiram em 6.740 milhões €*), e que teve como consequência a degradação das condições de vida da maioria da população, mas também devido a uma redução também enorme das despesas com pessoal, o que significa à custa da degradação das condições de vida dos trabalhadores da Função Pública e dos serviços públicos prestados à população, pois não existem serviços públicos de qualidade sem trabalhadores e com condições dignas de vida e de trabalho.

Esta é uma situação que o novo governo terá imediatamente de reverter sob pena de se verificar o agravamento de uma situação que, sob o ponto de vista social, é já inaceitável e que pode causar o colapso de muitos serviços públicos .

2. CORTE NAS DESPESAS SOCIAIS QUE ATINGIU PRINCIPALMENTE AS CLASSES DE RENDIMENTOS MAIS BAIXOS, E CORTE BRUTAL NO INVESTIMENTO PÚBLICO QUE CONTRIBUIU PARA DIFICULTAR A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS

Esta evolução profundamente negativa a nível das Administrações Públicas é ainda acentuada pela corte muitas vezes cego, em termos reais, em cerca de 8% dos consumos intermédios necessários ao funcionamento de muitos serviços públicos.

A juntar a isto, há ainda acrescentar uma redução brutal que se verificou no investimento público superior a 40% o que, para além de contribuir também para a degradação de muitos serviços públicos por falta de investimentos de renovação, modernização e eventual ampliação das infra-estruturas existentes, também impediu que o investimento público pudesse ser utilizado como alavanca da recuperação económica do país, através do estímulo ao investimento privado que registou neste período uma quebra muito acentuada.

A despesa com prestações sociais, a preços correntes, registou em 5 anos uma subida de apenas 3,8%, que é menos de metade do aumento registado nos preços durante este período, o que significa uma quebra em termos reais, quando a situação social é ainda de extrema gravidade e o desemprego estrutural e permanente apresenta níveis ainda muito elevados e inaceitáveis.

Se a análise da despesa pública com as funções sociais for feita de uma forma mais desagregada conclui-se que a situação verificada é ainda mais grave.

Entre 2011 e 2015, de acordo com os dados apresentados na Assembleia da República pelo governo aquando do debate dos Orçamentos do Estado, as transferências do O.E. para o Serviço Nacional de Saúde diminuíram, a preços correntes, portanto sem entrar com o efeito corrosivo da inflação, de 8.254 milhões € para 7.883 milhões €; a despesa pública com a educação pré-escolar, ensino básico e secundário, educação especial e ação escolar diminuiu, também no mesmo período e a preços correntes, de 6.297,8 milhões € para apenas 5.131 milhões €; a nível da ciência e do ensino superior, a redução foi de 2.503,9 milhões € para apenas 2.306,3 milhões € também a preços correntes. Pode-se dizer aqui também com fundamento que, para o governo PSD/CDS, tanto a saúde como a educação dos portugueses, foram áreas desvalorizadas e subestimadas, tendo sido sacrificadas em benefício da consolidação orçamental.

Mesmo as transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social, para cumprir a Lei de Bases da Segurança, que obriga o Estado a suportar, com bases em impostos, os sistemas não contributivos, que não são da responsabilidade do Sistema Previdencial: repetindo, mesmo o cumprimento daquela lei sofreu os efeitos negativos, sob o ponto de vista social, da política de consolidação que atingiu fundamentalmente e de facto as classes da população com mais baixos rendimentos, já que o acesso às prestações, por parte daqueles que delas necessitavam, foi fortemente restringindo, pois centenas de milhares de portugueses perderam o direito ao acesso ao RSI, ao CSI, ao abono de família, etc.. Isto porque, entre 2010 e 2015, as transferências do Orçamento do Estado para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social registaram uma tendência clara de redução. Assim de acordo com os relatórios que acompanharam as propostas de Orçamento de Estado apresentadas pelo governos, as transferências para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social tiveram a seguinte evolução: 2010: 7.746,1 milhões €; 2011: 6.761 milhões €; 2012: 7.136,45 milhões €; 2013: 7.201,25 milhões €; 2014: 8.013 milhões €; 2015: 7.514,7 milhões €. Portanto, o valor de 2015 é inferior ao de 2010 mesmo em termos nominais, o que não deixa de ser preocupante.

A despesa que cresceu mais neste período foi a com juros pagos aos credores, que aumentou 68% pois passou, entre 2010 e 2015, de 5.268 milhões € para 8.886 milhões €. Isto mostra que os sacrifícios feitos pelos portugueses tem sido fundamentalmente para pagar juros aos credores, pois a dívida pública não parou de crescer tendo aumentado, entre 2010 e 2015, de 173.062 milhões € (96,2% do PIB) para 223.603 milhões € (126,8% do PIB)., o que prova que um dos objetivos fundamentais da política de austeridade recessiva – a redução da Dívida Pública – não foi alcançado.

A política de austeridade recessiva dentro do Estado foi orientado fundamentalmente contra os trabalhadores como confirmam também os dados divulgados pela Direção Geral do Orçamento constantes do quadro 2

QUADRO 2 - Execução Orçamental do Estado

RÚBRICAS	2010	2011	2012	2013	2014	2010-14	Var.10-14
	Milhões €						Em %
DESPESA CORRENTE	46.574	45.578	45.934	47.232	47.107	533	1,1%
Despesas com Pessoal	11.383	10.296	8.438	9.235	9.321	-2.063	-18,1%
Remunerações certas e perm.	8.445	7.826	6.408	6.830	6.571	-1.874	-22,2%
Abonos variáveis ou eventuais	532	437	367	366	530	-2	-0,4%
Segurança Social	2.406	2.033	1.663	2.039	2.220	-186	-7,7%
Aquisição de serviços	1.357	1.818	1.650	1.614	1.511	154	11,3%
Juros e outros encargos	4.972	6.039	6.874	6.843	7.009	2.037	41,0%
Transferências correntes	27.756	26.289	28.214	28.490	28.633	878	3,2%

FONTE: Execução orçamental - mensal - 2010-2015 - DGO - Ministério das Finanças

Entre 2010 e 2014, a despesa corrente do Estado aumentou em 533 milhões € (+1,1%), pois passou de 46.574 milhões € para 47.107 milhões €. No entanto, isso só foi conseguido à custa de redução brutal das despesas com pessoal (-2.063 milhões €, -18,1%) e, dentro destas as mais atingidas foram as “Remunerações certas e permanentes” que neste período sofreram um corte de 1.874 milhões € (- 22,2%, já que estas despesas passaram, entre 2010 e 2014, de 8.445 milhões € para apenas 6.571 milhões €.

Enquanto as despesas com as remunerações dos trabalhadores eram sujeitas a estes enormes cortes, no mesmo período, as despesas com a “aquisição de serviços” aumentaram 11,3%, tendo atingido 1.511 milhões €, e as com “juros e outros encargos” registaram um subida de 41%, tendo atingido , em 2014, 7.009 milhões €.

3. UMA PARCELA DA REPOSIÇÃO DE 20% DAS REMUNERAÇÕES EM 2015 JÁ FOI PERDIDA PELA MAIORIA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Os últimos dados divulgados pela DGAEP, referentes ao 2º Trimestre de 2015, revelam que uma parcela da reposição já foi perdida por muitos trabalhadores da Função Pública. Observem-se os dados da DGAEP referentes às remunerações base médias mensais e aos ganhos médios mensais, por categorias profissionais, de Janeiro e Abril de 2015.

Quadro 3- Remunerações medias mensais e ganhos médios mensais por categorias profissionais das Administrações Públicas em Janeiro e Abril de 2015 – Dados da DGAEP

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL					GANHO MÉDIO MENSAL				
	outubro 2014- Com corte Sócrates	janeiro 2015 Com reposição de 20%	Em abril 2015	Variação Out.2014-Jan.2015	Variação Jan.2015-Abril2015	outubro 2014- Com corte Sócrates	janeiro 2015 - Com reposição de 20%	Em abril 2015	Variação Out.2014-Jan.2015	Variação Jan.2015-Abril2015
Total	1.390 €	1.406 €	1.402 €	16 €	-4 €	1.604 €	1.615 €	1.611 €	12 €	-4 €
Dirigente superior:	3.557 €	3.615 €	3.629 €	57 €	14 €	4.344 €	4.434 €	4.464 €	90 €	30 €
Dirigente intermédio:	2.479 €	2.515 €	2.508 €	36 €	-7 €	2.939 €	2.982 €	2.971 €	42 €	-11 €
Técnico Superior	1.618 €	1.625 €	1.624 €	7 €	-1 €	1.765 €	1.769 €	1.774 €	3 €	5 €
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	905 €	907 €	907 €	2 €	1 €	1.036 €	1.036 €	1.041 €	0 €	5 €
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic. ©	613 €	614 €	612 €	1 €	-3 €	747 €	744 €	745 €	-2 €	1 €
Informático	1.663 €	1.678 €	1.684 €	15 €	6 €	1.821 €	1.835 €	1.849 €	15 €	13 €
Magistrado	4.346 €	4.468 €	4.480 €	122 €	11 €	5.087 €	5.209 €	5.238 €	122 €	29 €
Diplomata	2.245 €	2.303 €	2.342 €	58 €	40 €	8.127 €	8.095 €	8.473 €	-32 €	378 €
Pessoal de Investigação Cient.	3.100 €	3.117 €	3.105 €	16 €	-12 €	3.207 €	3.229 €	3.218 €	21 €	-10 €
Docente Ensino Universitário	3.214 €	3.271 €	3.269 €	57 €	-2 €	3.324 €	3.377 €	3.376 €	52 €	-1 €
Docente Ensino Superior Pol.	2.709 €	2.762 €	2.747 €	53 €	-15 €	2.821 €	2.863 €	2.856 €	42 €	-7 €
Educ. Infância e Doc. do Ens. Bás. e Secundário	1.963 €	1.973 €	1.962 €	10 €	-11 €	2.070 €	2.075 €	2.061 €	5 €	-14 €
Pessoal de Inspeção	2.036 €	2.075 €	2.084 €	39 €	10 €	2.344 €	2.405 €	2.412 €	62 €	6 €
Médico	2.615 €	2.616 €	2.594 €	2 €	-22 €	3.430 €	3.356 €	3.311 €	-74 €	-45 €
Enfermeiro	1.302 €	1.304 €	1.299 €	1 €	-5 €	1.485 €	1.485 €	1.476 €	0 €	-9 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1.222 €	1.230 €	1.232 €	8 €	2 €	1.378 €	1.380 €	1.377 €	3 €	-3 €
Técnico Superior de Saúde	1.797 €	1.806 €	1.804 €	9 €	-2 €	1.999 €	1.992 €	1.983 €	-7 €	-9 €
Administ. Tributária e Aduaneira	1.773 €	1.799 €	1.790 €	26 €	-9 €	1.960 €	1.993 €	1.976 €	33 €	-17 €
Conservador e Notário	3.329 €	3.353 €	3.358 €	24 €	5 €	3.584 €	3.594 €	3.607 €	11 €	13 €
Oficial dos Registos e do Not.	1.812 €	1.825 €	1.800 €	13 €	-25 €	1.978 €	1.983 €	1.966 €	4 €	-17 €
Oficial de Justiça	1.332 €	1.353 €	1.344 €	21 €	-9 €	1.527 €	1.583 €	1.568 €	56 €	-14 €
Forças Armadas	1.120 €	1.141 €	1.141 €	21 €	-1 €	1.514 €	1.534 €	1.531 €	19 €	-3 €
Polícia Judiciária	1.678 €	1.757 €	1.768 €	79 €	11 €	2.074 €	2.159 €	2.181 €	85 €	22 €
Polícia de Segurança Pública	1.328 €	1.341 €	1.342 €	13 €	2 €	1.796 €	1.763 €	1.772 €	-33 €	10 €
Guarda Nacional Republicana	1.366 €	1.373 €	1.373 €	7 €	0 €	1.602 €	1.634 €	1.641 €	31 €	7 €
Serviço Estrangeiros Fronteiras	1.981 €	2.026 €	1.989 €	45 €	-38 €	2.705 €	2.769 €	2.756 €	64 €	-13 €
Guarda Prisional	1.023 €	1.030 €	1.027 €	6 €	-3 €	1.896 €	1.896 €	1.834 €	0 €	-62 €
Outro Pessoal de Segurança	1.078 €	1.078 €	1.083 €	1 €	5 €	1.562 €	1.514 €	1.509 €	-47 €	-5 €
Bombeiro	974 €	972 €	974 €	-1 €	2 €	1.435 €	1.467 €	1.461 €	32 €	-6 €
Polícia Municipal (d)	922 €	930 €	930 €	7 €	0 €	1.346 €	1.370 €	1.382 €	24 €	12 €

Como revelam os dados da DGAEP constantes do quadro 4, até a Abril de 2015, os trabalhadores da Função Pública, de um total da reposição de 20% do corte da remuneração base mensal que, em média, correspondeu a 16€, já perderam 4€, ou seja 25%, em relação ao ganho médio dos 12€ que correspondeu à reposição de 20% , já perderem, em média, 4€, ou seja, 33%. Se a análise for feita por categorias profissionais, os dados da DAEP revelam que umas ganham e outras perdem, sendo os ganhos maiores fundamentalmente nas categorias mais elevadas. No entanto, é preciso ter presente, para não se tirarem conclusões erradas, que se está a trabalhar com valores médios de cada categoria, que podem ser influenciados pela aposentação de trabalhadores com remunerações mais elevadas e sua substituição (parcial) por trabalhadores com remunerações mais baixas. A conclusão importante que se tira dos dados é que se verifica, também a nível da Administração Pública, uma tendência de redução das remunerações. A política de baixos salários, posta em prática pelo governo e pela “troika”, também atingiu as Administrações Públicas em Portugal, que é necessário reverter não só em defesa dos trabalhadores mas também da qualidade da Administração Pública. E tenha-se presente que as remunerações utilizadas, são remunerações nominais, ou seja, a preços correntes, isto é, antes de deduzir o efeito corrosivo da inflação e do aumento enorme de impostos, cujos efeitos vão ser analisados no ponto seguinte.

4. QUEBRA SIGNIFICATIVA NO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO 2010-2015 CAUSADA PELO CORTE NAS REMUNERAÇÕES, ENORME AUMENTO DE IMPOSTOS E PELA INFLAÇÃO. O EFEITO DO AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO SEM QUALQUER COMPENSAÇÃO NO VALOR HORA TRABALHO

O quadro 4, dá uma ideia clara e quantificada da perda de poder de compra por parte dos trabalhadores da Função Pública no período 2010-2015.

Quadro 4- Variação do ganho médio líquido nominal e real mensal e por hora em 2010 e 2015

RÚBRICAS	2010		2015		VARIAÇÃO	
					valor	%
GANHO MÉDIO ILÍQUIDO NOMINAL		1.659,3 €		1.610,7 €		
DEDUÇÕES	Taxas		Taxas			
Para a CGA	11%	182,5 €	11%	177,2 €		
Para a ADSE	1,5%	24,9 €	3,5%	56,4 €		
De IRS	14,5%	240,0 €	17,2%	277,0 €		
De Sobretaxa de IRS		0,0 €		20,0 €		
SOMA DAS DEDUÇÕES		447,4 €		530,6 €	83,1 €	18,6%
GANHO MÉDIO LÍQUIDO NOMINAL		1.211,9 €		1.080,1 €	-131,7 €	-10,9%
GANHO DEDUZIDO INFLAÇÃO (real)				1.004,8 €	-207,1 €	-17,1%
GANHO MÉDIO LÍQUIDO REAL/HORA (Para um horário de 35H/semana em 2010, e de 40H/semana em 2015)		8,0 €		5,8 €	-2,2 €	-27,5%

NOTA : A simulação do IRS foi feita para um casal com com filhos

Consideramos como ganho médio de 2010, o ganho sem cortes que vigorou durante em Julho de 2014 logo após a declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, e o de 2015 o divulgado pela DGAEP nas Estatísticas de Emprego Público referente ao 2º Trimestre de 2015.

E as conclusões que se tiram são as seguintes: (1) O ganho médio mensal líquido de 2015, após a dedução das contribuições para a CGA e ADSE, e do IRS e sobretaxa de IRS é inferior ao de 2010 em 10,9%; (2) Se deduzirmos o efeito do aumento de preços verificado neste período, o poder de compra do ganho médio líquido dos trabalhadores da Função Pública em 2015 é inferior, ao de 2010, em 17,1%; (3) Se entramos em conta com o aumento do horário semanal de trabalho de 35 horas para 40 horas, constatamos que o ganho médio real por hora (valor/hora) é, em 2015, inferior ao de 2010 em 27,5%. É uma situação inaceitável que necessita de ser rapidamente corrigida.

5. A REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA, O AUMENTO DA CARGA DE TRABALHO SEM QUALQUER COMPENSAÇÃO, E A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O quadro 5, mostra a redução do número de trabalhadores das Administrações Públicas por categorias profissionais entre 2011 e 2015, segundo os dados divulgados pela DGAEP referentes ao 2º Trimestre de 2015. Eles revelam também que existem categorias profissionais transversais a toda as Administrações Públicas, como são os assistentes técnicos e os operacionais, e de outras de grande interesse para o futuro do país, como são os professores, que sofreram cortes brutais, que necessariamente afetaram o funcionamento e a qualidade dos serviços públicos que é urgente reverter.

Quadro 5 – A redução do número dos trabalhadores da Função Pública entre 2011-2015

CARGO / CARREIRA / GRUPO	31Dez. 2011	30 Jun. 2015	Varição Dez2011-Jun2015	Varição % Dez2011-Jun2015
Total	727.294	654.600	-72.694	-10,0%
Dirigente superior:	1.896	1.592	-304	-16,0%
Dirigente intermédio:	10.989	9.259	-1.730	-15,7%
Técnico Superior	57.919	56.194	-1.725	-3,0%
Assistente técnico/administrativo	97.906	85.561	-12.345	-12,6%
Assist. operacional/operário/auxiliar	173.429	150.812	-22.617	-13,0%
Informático	5.186	4.881	-305	-5,9%
Magistrado	3.805	3.905	100	2,6%
Diplomata	372	346	-26	-7,0%
Pessoal de Investigação Científica	1.816	1.401	-415	-22,9%
Docente Ensino Universitário	13.997	13.773	-224	-1,6%
Docente Ensino Superior Politécnico	9.694	8.878	-816	-8,4%
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	151.147	128.634	-22.513	-14,9%
Pessoal de Inspeção	1.755	1.572	-183	-10,4%
Médico	25.057	27.232	2.175	8,7%
Enfermeiro	42.769	41.138	-1.631	-3,8%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.935	8.519	-416	-4,7%
Técnico Superior de Saúde	1.914	1.887	-27	-1,4%
Administração Tributária e Aduaneira	9.926	9.509	-417	-4,2%
Conservador e Notário	682	622	-60	-8,8%
Oficial dos Registos e do Notariado	4.568	4.097	-471	-10,3%
Oficial de Justiça	8.095	7.278	-817	-10,1%
Forças Armadas	34.514	30.244	-4.270	-12,4%
Polícia Judiciária	2.318	2.231	-87	-3,8%
Polícia de Segurança Pública	21.934	20.986	-948	-4,3%
Guarda Nacional Republicana	22.899	22.374	-525	-2,3%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	740	-16	-2,1%
Guarda Prisional	4.312	4.095	-217	-5,0%
Outro Pessoal de Segurança	1.990	1.415	-575	-28,9%
Bombeiro	2.264	2.028	-236	-10,4%
Polícia Municipal (d)	1.272	1.134	-138	-10,8%

FONTE: Estatística do Emprego Público - 2º Trimestre 2015- DGAEP- Ministério das Finanças

Segundo a DGAEP, entre 31.12.2011 e 30.6.2015, o número de trabalhadores das Administrações Públicas foi reduzido em 72.694, o que correspondeu a uma diminuição de 10%. Mas existem categorias profissionais em que o corte foi muito superior a 10%, como sucedeu com a categoria de dirigentes (-16%), assistentes técnicos e operacionais (-13%), pessoal de investigação científica (-22,9%), educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário (-14,9%), etc..

Há categorias profissionais fundamentais para o funcionamento de todos os serviços e para o desenvolvimento do país, como são as dos assistentes técnicos e operacionais, e professores, em que as reduções foram muito grandes - os cortes nestas três categorias somam 58.515 - representando 80,5% do corte total.

Existe apenas uma categoria profissional - os médicos - em que os dados da DGAEP revelam um aumento (+8,7%), mas esta subida é ilusória pois oculta o facto de se ter verificado a substituição de muitos médicos com horários completos por médicos que fazem apenas poucas horas semanais, o que determina que também nesta categoria se verificou também uma redução real. Para além disso, categoriais profissionais, onde o número de trabalhadores já era manifestamente insuficiente - enfermeiros, técnicos de diagnósticos e terapêutica, técnicos superiores, pessoal de investigação científica, pessoal

de inspeção, oficiais de justiça, guardas prisionais, etc. – sofreram também cortes importantes.

Esta redução significativa do número de trabalhadores das Administrações Públicas (*menos 72.694 em apenas 3,5 anos*), a maioria deles em serviços muito importantes para a população e para o desenvolvimento do país, associados ao aumento de milhões de horas de trabalho por ano sem qualquer compensação (*cerca de 140 milhões € de horas de trabalho gratuito por ano, o que significa uma perda de rendimento pelos trabalhadores estimada em 818 milhões de euros de rendimento anual*), consequência do aumento do horário semanal de trabalho de 35 horas para 40 horas, agravou enormemente as condições de trabalho e degradou profundamente a qualidade dos serviços públicos prestados à população, levando muitos serviços público a uma situação de pré-colapso. É urgente inverter toda esta situação causada por uma política de um governo que não teve em conta os direitos e interesses nem dos trabalhadores dos trabalhadores da Função Pública, nem da população, e nem do país.

Eugénio Rosa

Gabinete de Estudos da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

21.10.2015